

POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL E ARGENTINA PARA O ACESSO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROFa. Dra. SONIA MARIA RIBEIRO

Ponto de partida

PPGE- Projeto de pesquisa: Educação especial na educação superior: políticas, saberes e práticas no âmbito do trabalho e formação docente

Objetivo: Estudar a educação especial na educação superior no âmbito das políticas e práticas educacionais considerando desde o cenário local, nacional até aquele que se constituiu em alguns países da América Latina identificando possíveis aproximações e distanciamentos entre os países contemplados nas pesquisas.

E
D
U
C
A
Ç
Ã
O

S
U
P
E
R
I
O
R

DEMOCRATIZAÇÃO - GLOBALIZAÇÃO - MASSIFICAÇÃO

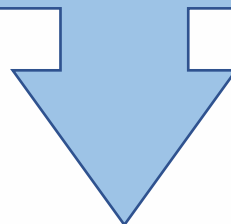
DA HOMOGENEIDADE PARA A DIVERSIDADE

PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS NECESSIDADES

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, PEDAGÓGICA, AVALIAÇÃO

Tanto no Brasil como na Argentina :

- a educação superior sustenta-se no tripé: ensino, pesquisa e extensão;
- o movimento visando a garantia de acesso e permanência da PcD neste nível de ensino estruturou-se, basicamente, a partir de 2008.



“Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”

(ONU, 2008)

POLÍTICAS NA ARGENTINA

Ley N° 22.314/1993

Ley N° 25.573 /2002

Ley de Educacion Nacional
N° 26606/2006

Política integral de acción
para personas con
discapacidad (2004-2007)

Ley N° 26378/2008

Plan Nacional de
Discapacidad 2017-2022

Decreto Nº 3298 /
1999

Portaria Nº 3.284/ 2003

Programa universidade para
todos (PROUNI) / 2004

Programa de acessibilidade no
ensino superior (Programa
Incluir)/ 2005

Política Nacional de Educação Especial
na Perspectiva da Educação
Inclusiva/2008

Decreto
Nº 7.611/2011

Lei 13.146 / 2015
Lei Brasileira de Inclusão
da PcD

Lei Nº 13.409/2016

POLÍTICAS NO BRASIL

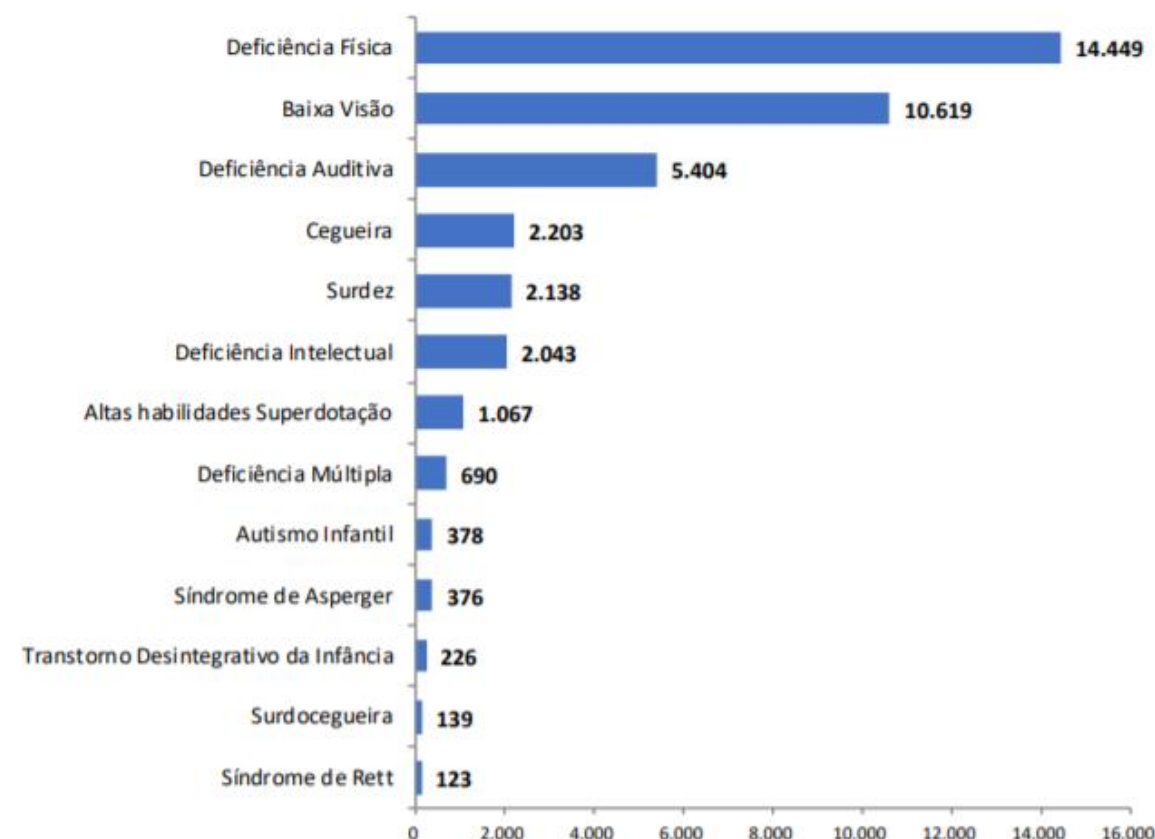
REFLEXÕES

- As políticas refletem e são o reflexo dos movimentos que buscam a efetivação da inclusão da PcD, ou seja a igualdade de oportunidades.

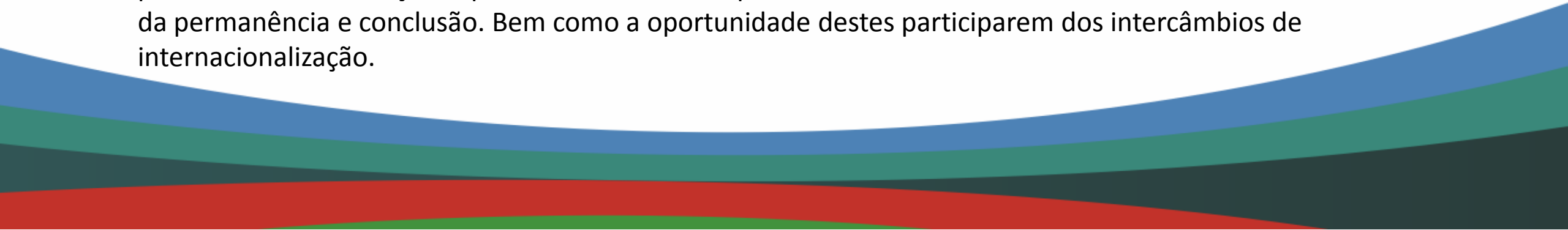
Evolução do número de Matrículas em Cursos de Graduação de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação – 2009-2017



Número de Matrículas em Cursos de Graduação de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação, por Tipo de Deficiência – 2017



REFLEXÕES

- As políticas refletem e são o reflexo dos movimentos que buscam a efetivação da inclusão do público alvo da educação especial, ou seja a igualdade de oportunidades.
 - Identifica-se um avanço no processo democrático no que se refere a inclusão do público alvo da educação especial na educação superior, entretanto questionamos as condições de permanência destes estudantes, uma vez que não há na legislação orientações explícitas deste processo.
 - Brasil possui IES com categorias administrativas características diferentes (pública, privada, privadas sem fins lucrativos, comunitária) e Argentina possuem IES na sua grande maioria pública, este dado impacta na estruturação/efetivação das políticas afirmativas de inclusão.
 - Há que se investir mais em investigações capazes de apontar como a inclusão de estudantes público alvo da educação especial vem ocorrendo para além do acesso, como também no âmbito da permanência e conclusão. Bem como a oportunidade destes participarem dos intercâmbios de internacionalização.
- 

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/ INEP. Senso da Educação Superior 2017. Disponível <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>, acesso em 12 dez de 2018.

OBRIGADA,
GRACIAS!!!

Profa.Dra Sonia Maria Ribeiro
PPGE / UNIVILLE- Santa Catarina - Brasil

soniaproesa@gmail.com

